

A questão da(s) Identidade(s) Latino-americana(s)

Aula 6, Texto base:

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 15-36 ("Prefácio", "Introdução" e "Conclusão").

A- Ideias gerais do texto

O livro do sociólogo francês Alain Rouquié, *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*, publicado originalmente nos anos de 1980, contribui para problematizarmos a ideia de América Latina e como ela foi sendo compreendida como contraponto a determinada interpretação construída sobre os Estados Unidos. A América Latina, segundo discutivelmente afirma, é, "desde Colombo, o continente dos mal-entendidos. O almirante procurava o caminho das Índias, descobriu os índios, isto é, o Novo Mundo"¹². De modo que a primeira pergunta que se coloca é: o que é a América Latina?

A resposta é plural, uma vez que trata de uma região geográfica, localizada no continente americano, especificamente ao sul do rio Bravo, que engloba florestas, como a da Amazônia; ilhas no Caribe; desertos, como os do Atacama, no Chile; planícies, como as dos pampas, enfim, uma natureza profundamente exuberante e diversificada.

Somado a isso, a região abarca tradições múltiplas, como as indígenas, africanas, europeias e asiáticas, que produziram composições diferenciadas, tanto cultural quanto socialmente. Por exemplo, na Bolívia há uma população predominantemente de indígenas; na Argentina, a maioria é de origem europeia; no Caribe, de afrodescendentes, que falam, além do espanhol e do português, outros idiomas e dialetos, como quéchua, francês, lundu, holandês, etc.

Para Rouquié, a América Latina poderia ser considerada um "extremo-ocidente", ou seja, uma região em que o projeto civilizador europeu venceu, mas teve que se adaptar a outros referenciais sociais advindos de outras culturas, que deram a ela um colorido único, um desafio único: o de conciliar as tradições com a modernidade.

É preciso compreender que a palavra *América Latina* surgiu em meados do século XIX, pela iniciativa da França de Napoleão III, apoiada por alguns intelectuais hispano-americanos empenhados em forjarem uma nova identidade para esse território recém-independente, composto por características distintas às dos norte-americanos.

No entanto, na época em que foi criado, o conceito de América Latina não se tornou popular. Isso porque a maioria dos intelectuais e dos políticos se identificava mais com o conceito de América Indígena, quando pensavam, por exemplo, nos Andes, ou Afro-América quando pensavam no Caribe, ou, com mais frequência, em América Ibérica, quando se recordava do peso da colonização católica portuguesa e espanhola.



Foi apenas no século XX, mais precisamente em 1948, com a formação da

12
p. 15.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991,



Comissão Econômica para a América Latina pela Organização das Nações Unidas (Cepal), que o termo ganhou maior visibilidade e passou a ser fundamentalmente utilizado para se referir a uma região diametralmente oposta aos Estados Unidos, do ponto de vista cultural. Como afirma o mesmo Rouquié, “a América Latina existe, mas apenas por oposição e de fora. O que significa que os ‘latino-americanos’, como categoria, não representam nenhuma realidade tangível, além de vagas extrapolações e generalizações inconsistentes.”¹³ Logo, a ideia que se coloca é que a identidade precisa da diferença para existir, e essa diferença é um elemento variável e de difícil precisão.

Rouquié aponta ainda algumas características históricas dos países considerados latino-americanos. Dentre elas, as independências realizadas com o apoio econômico da Inglaterra, no século XIX, e a dependência financeira criada pelo imperialismo norte-americano na região, principalmente a partir do século XX. Do ponto de vista estrutural, a América Latina é vista, segundo a sua análise, produzida nos anos de 1980, como uma região de industrialização tardia, grande concentração da propriedade da terra, em que poucos países, como o México (1910), foram capazes de fazer a reforma agrária.

As consequências são nessa direção: grandes contrastes econômicos, geográficos e culturais, geradores de tantos conflitos sociais, a ponto de tornar a região associada à ideia de Terceiro Mundo - termo esse complicado. Isso porque, muitas vezes, estende-se a noção de “terceiro mundo” para outras esferas sociais e culturais, o que é um grande equívoco, pois não se pode pensar que o poder econômico gere uma cultura superior.

Vale dizer que os esforços de Rouquié em construir paralelismo entre os diversos países latino-americanos não é fruto apenas de um esforço sociológico de reconhecer as dificuldades existentes na região, mas sim de políticas governamentais desses próprios países que, desde as independências, se esforçaram para reconhecerem suas semelhanças históricas e se uniram contra as ameaças externas, fossem elas inglesas ou norte-americanas. O próprio libertador Simón Bolívar, como vimos, já sinalizava para a necessidade da América unida. Observe, nessa direção, a citação de Rouquié sobre a América Latina:

“Se a existência de uma América Latina é problemática, se a diversidade das sociedades e das economias se impõe, se a delimitação das diferentes nações é um dado básico de seu funcionamento, não deixa de ser verdade que uma relativa unidade de destino, mais sofrida que escolhida, aproxima ‘as repúblicas irmãs’. Ela é legível nas grandes fases da história, perceptível na identidade dos problemas e das situações que enfrentam atualmente essas nações.”¹⁴

Uma questão fundamental que devemos considerar é a relação da própria América Latina com os Estados Unidos e quanto essa relação, muitas vezes conflituosa e negativa, serviu para o fortalecimento dos laços identitários entre os latino-americanos, uma vez que sabemos que as identidades se constroem por oposição à diferença.

Em 1823, os Estados Unidos, recém-independente, implementou a Doutrina Monroe, em que pretendia proteger toda a América da influência europeia, por meio do slogan a “*América para os americanos*”. A questão é que essa proteção ocorria de acordo com os interesses dos próprios norte-americanos, que se viam como predestinados a conquistarem o mundo. Isso não teve tanto impacto na América Latina, na primeira metade do XIX. Apenas quando os Estados Unidos ganhou a guerra contra o México, em 1948, e apoiou a independência de Cuba

¹³ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 24.

¹⁴ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 26.

e Porto Rico, em 1898, que as elites políticas e intelectuais latino-americanas começaram a associar a ingerência dos Estados Unidos na América Latina como uma ação imperialista, a ponto de o ditador mexicano Porfírio Díaz afirmar, ao final do século XIX, que o México estava esta tão longe de Deus e tão perto dos Estados Unidos.

Países, como Nicarágua, Guatemala, República Dominicana, El Salvador, Haiti e Granada, foram invadidos pelos Estados Unidos durante a primeira metade do século XX, quando o governo norte-americano adotou a política intolerante do *Big Stick* ("grande porrete"). Após a crise de 1929, Roosevelt mudou de tática e adotou a política da "Boa Vizinhança" para negociar com a maior parte dos países que exerciam uma filosofia política nacionalista e protecionista na América Latina.

Mas, logo após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos se tornou a grande potência econômica e, em nome da luta contra os comunistas, apoiou diversos golpes militares na América Latina, promoveu o embargo econômico contra Cuba após a revolução, invadiu a Nicarágua sandinista, realizou acordos econômicos desleais. Enfim, levou a esquerda latino-americana a ter uma visão extremamente negativa sobre eles, ao responsabilizá-los por muitas das mazelas sociais ocorridas na região.

Com o fim da Guerra Fria, nada mudou. O Consenso de Washington, realizado no final dos anos de 1980, orientou impositivamente uma série de medidas econômicas para a América Latina. Dentre elas, a liberalização econômica, a diminuição do papel do Estado e a privatização das empresas públicas, o que teve como efeito o aumento do desemprego, da crise econômica e dos conflitos sociais. Nos últimos anos, com os governos de esquerda (Lula, no Brasil; Bachelet, no Chile; Kirchner, na Argentina; Evo Morales, na Bolívia; Chavez, na Venezuela), procurou-se amenizar certas desigualdades sociais produzidas nos períodos anteriores.

Em todos os casos, é necessário reforçar que a América Latina é uma realidade geográfica, política, cultural e social, que abarca múltiplas identidades, e que, quando pensada em conjunto, representa, como nas palavras de Rouquié, um "lugar verdadeiramente ambíguo"¹⁵ e marcado pela histórica oposição cultural em relação aos Estados Unidos, vistos como pragmáticos, protestantes, utilitaristas, ignorantes, imperialistas, etc. Para finalizar, é preciso lembrar que a intensificação do processo de globalização reconfigurou essas visões maniqueístas e colocou em evidência a fragilidade de certos estereótipos, tanto sobre a ideia de América Latina quanto a de Estados Unidos.

B- O tema em questão no livro didático

Vimos a complexidade do termo América Latina. Agora, observe a explicação sobre esse tema apresentada pelas autoras Patrícia Braick e Myriam Brecho, no livro didático, publicado em 2010.

¹⁵ ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: introdução à América Latina*. São Paulo. Edusp, 1991, p. 25.

América Latina?

“A expressão América Latina já existia quando José Martí escreveu a obra *Nossa América*, mas não era usada com o sentido que lhe damos hoje. Na prática, não havia uma expressão que reunisse as várias experiências históricas e realidades nacionais da América hispânica (o Brasil, para Martí, ficava de fora). Também por isso, é tão interessante o conceito de “Nossa América”: por ser uma espécie de precursor do conceito de América Latina, inclusive no caráter de diferenciação e de afastamento em relação à “América” (que, desde o século XVIII, se associava aos Estados Unidos.)”

BRAICK, Patricia Ramos & MOTA, Myriam Brecho. *História das Cavernas ao terceiro milênio. 2ª Ed. São Paulo: Moderna, 2010, p.313.*

Algumas questões para pensar

Qual é o sentido que damos à ideia de *América Latina*? Qual era o seu sentido original? A ideia de América Latina excluía o Brasil? Como pensar o Brasil na América Latina? Porque era interessante separar a identidade latino-americana da norte-americana? Quem foi José Martí? Diante da leitura do trecho, o que é a “Nossa América”?

Algumas observações sobre o texto “América Latina?”

Este trecho vem acompanhado no livro da explicação de que o cubano José Martí (1853-1895) foi o grande protagonista da independência de Cuba, ocorrida em 1898, por lutar tanto pela autonomia da ilha com relação à **Espanha**, quanto em relação ao expansionismo norte-americano. Chegou a propor, em seu livro “Nossa América”, a ideia de que a América Latina deveria se unir contra as influências externas.

As autoras desse livro didático tiveram o intuito de mostrar que a ideia que temos hoje de América Latina **não era a mesma** de quando esse conceito foi formulado. Em todos os casos, ele foi desenvolvido e popularizado bastante vinculado à ideia de que não somos iguais aos Estados Unidos por conta de nossas especificidades culturais, políticas, religiosas e sociais. Mas o sentido do termo América Latina em oposição aos Estados Unidos no mundo globalizado não teria mudado, uma vez que as identidades são consideradas cada vez mais plurais, transitáveis, relativas e ambíguas?

Bibliografia complementar sobre as identidades latino-americanas

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. SP: UNESP, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A data símbolo de 1898: o impacto da independência de Cuba na Espanha e na Hispanoamérica. *Revista de História*, SP: UNESP, v. 22, 2003, p. 35-58.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de “Latin América” nos Estados Unidos*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Ser ou não ser um bom vizinho: América Latina e Estados Unidos durante a guerra. *Revista USP*, n. 26, São Paulo, jun.-ago., 1995.



voltaram ao poder.

É importante dizer que essas convulsões políticas comprometeram por longos anos a mineração, a agricultura e as estradas, levando a problemas econômicos e ao isolamento de muitas regiões do país. Com efeito, as lutas entre liberais e conservadores pelo poder do Estado eram também as lutas de republicanos a favor da modernização econômica contra monarquistas, católicos e grandes proprietários de terra.

A questão indígena permaneceu marginalizada tanto pelos conservadores quanto pelos liberais. No caso dos liberais, este era um assunto a ser superado em nome da civilização. Assim, consideravam a ideia de desapropriar as terras comunais indígenas para comercializarem-nas de acordo com interesses individuais. O Estado, para os liberais, deveria garantir a posse da propriedade privada e o direito à liberdade do indivíduo.

Quando o liberal Benito Juárez tomou o poder, ele iniciou a partir de 1850 uma série de reformas com as leis Juárez (1855) e Lerdo (1856), que atingiram fundamentalmente a Igreja e os indígenas, quando desapropriaram suas terras, tornando-as mercadorias vendáveis.

A visão dos liberais era a de que tanto a instituição eclesiástica quanto as práticas tradicionais indígenas comprometiam a modernização política e o progresso econômico da nação recém-independente. É possível imaginar que a reforma liberal tenha fomentado grande turbulência política, gerado muitas injustiças e revoltas de conservadores e de indígenas. Muitos desses indígenas, inclusive, não conseguiam comprar suas próprias terras, que acabavam em mãos de grandes latifundiários, e vivendo com dívidas e por meio de trabalho compulsório. Mesmo quando os indígenas adquiriam o direito a sua própria terra, muitos deles logo a perdiam, pois não sabiam como administrá-la sob a égide do capitalismo. No entanto, o grande alvo dos liberais era, segundo a historiadora, a Igreja católica, detentora de grande poder econômico e de uma parcela expressiva das terras mexicanas.

O projeto liberal desejou, assim, crescimento econômico por meio de investimentos estrangeiros, maior circulação de mercadorias, desenvolvimento industrial e crescimento da mineração, ignorando as questões sociais latentes. Esse foi o cerne de inúmeros e diversos movimentos sociais de camponeses e indígenas ocorridos no século XIX, mobilizados pela violência, corrupção, opressão e injustiça dessas transformações, que resultariam, mais tarde, na Revolução Mexicana de 1910.

Dada a importância desses movimentos sociais, a historiadora cita alguns deles, como aquele apoiado por intelectuais mexicanos, ocorrido em 1868, liderado pelo intelectual Júlio Lopez. Duramente reprimido por fazendeiros e pelo exército, na região do Chalco e Texcoco, o movimento se destacou pela exigência dos indígenas em fazer com que os grandes proprietários de terra da região as repartissem. Curiosamente, houve casos em que o exército, contratado pelo Estado para reprimir, se unia aos próprios camponeses, sensibilizado com sua causa.

É preciso entender, por exemplo, que a terra para os indígenas era utilizada desde os tempos pré-colombianos para a subsistência; era vista como sagrada e trabalhada de forma coletiva, não sendo, assim, passível de ser comercializada.



Os indígenas e mestiços tinham constituído formas de comercialização eficientes, mas nada comparado com a radicalidade imposta pelos liberais em relação à necessidade de modernização, que gerou movimentos sociais e políticos com características também radicais.

Isso ocorreu principalmente a partir do governo de Porfírio Díaz (1876-1910), no qual a violência da modernização se intensificou gerando uma crescente

desaprovação de diversos setores da sociedade, que recebiam, em sua maioria, salários miseráveis afetando seriamente a população rural e trabalhadores urbanos. Como afirma Gabriela Pellegrino,

“o Estado não se preocupou em fazer nenhuma concessão para atenuar o aumento das contradições sociais. Não havia legislação em defesa dos trabalhadores, não se impunha limites à ação predatória da iniciativa privada, não se controlavam as usurpações de terras, enfim, nada que pudesse conter a revolta de uma massa faminta, além da repressão.”¹⁶

Contudo, o Estado Liberal do governo de Porfírio Díaz (1884-1911) procurou promover a modernização mexicana desapropriando as terras comunais indígenas, destituindo a Igreja católica de suas propriedades e de sua importância na organização da vida social, abrindo a economia para investimentos externos e estimulando a indústria. Tudo isso teve como consequência a não identificação da sociedade com o novo Estado excludente, autoritário, desigual economicamente, corrupto e insensível às tradições. Essa dimensão da história mexicana explica muitos os elementos constituintes da Revolução Mexicana de 1910, que veremos mais adiante.

5.2. Revolução Mexicana

Texto base:

FUENTES, Carlos. “Terra e liberdade”. In: *O Espelho Enterrado – Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 299-309.

A- Ideias gerais do texto

Continuamos a tratar dos conflitos históricos do México no século XIX, agora, dando ênfase a um de seus mais dramáticos efeitos: a Revolução Mexicana, de 1910 - considerada o primeiro grande movimento social da América Latina no século XX, ao culminar com a morte de mais de um milhão de pessoas que reagiram, de uma forma ou de outra, ao governo ditatorial de Porfírio Díaz (1876-1911).

Como vimos, Díaz acirrou as tensões sociais no país, no final do século XIX, ao governar por quase trinta anos de maneira arbitrária, agir de forma corrupta, abrir o país para investimentos estrangeiros, concentrar renda, desapropriar terras indígenas e minimizar o poder da Igreja católica, produzindo, com isso, insatisfações e revoltas. O texto base que nos orienta para a compreensão do processo revolucionário mexicano é *Terra e Liberdade*, escrito pelo mexicano Carlos Fuentes, já conhecido de vocês.

Vale dizer que a Revolução Mexicana 1910-1920 levou a uma série de interpretações historiográficas e mobilizou inúmeras paixões ideológicas, tornando-se um tema de difícil penetração ao se constituir como um momento fundador da nacionalidade do país.



De todo modo, antes de entrarmos nas ideias de Fuentes, gostaria de apresentar de maneira sucinta a versão do historiador mexicano Arnaldo Córdoba. Ele avalia que a Revolução Mexicana foi um impulso, uma “revolução sem ideias”, ou melhor, uma revolução movida por diversas demandas sociais, alimentada por diversas ideologias. Por exemplo, a dos indígenas, dos católicos, dos liberais democratas, dos anarquistas e dos socialistas, o que culminou com

¹⁶ SOARES, Gabriela Pellegrino e COLOMBO, Sylvia. *Reforma liberal e lutas camponesas na América Latina: México e Peru nas últimas décadas do século XIX e princípios do XX*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1999, p. 113.



milhares de mortos, bem como com a destruição do Estado liberal vigente, então governado pela ditadura de Porfírio Díaz.

Essa interpretação evidencia que a Revolução não tinha um objetivo ou causa única, mas sim diversos objetivos e causas, ocasionando uma guerra civil que perdurou por cerca de dez anos e em conquistas sociais ainda hoje vigentes.

Para Carlos Fuentes, a Revolução Mexicana foi composta, especificamente, de duas revoluções: uma de cunho popular encabeçada por líderes populares (Por exemplo, Pancho Villa e Emiliano Zapata), cuja bandeira era a justiça social baseada na liderança local. Havia outra revolução de intelectuais, profissionais liberais, fazendeiros e comerciantes, que desejavam um México moderno, democrático e progressista.

Como sabemos, o Estado liberal do governo de Porfírio Díaz, que antecedeu à revolução, não incluiu nem a justiça social e nem a democracia; apenas desenvolveu a economia e modernizou alguns setores do país, favorecendo as elites, principalmente, as estrangeiras. O camponês, em sua maioria analfabeto e desprovido de terras, ou se endividava no campo nas mãos de grandes proprietários ou ia à cidade em busca de trabalho indigno.

Segue as indagações que nos coloca Carlos Fuentes: Como implementar a modernidade sem ferir as tradições culturais? Era possível encontrar, nessa sociedade, um equilíbrio entre prosperidade, democracia e cultura?

Não no governo de Porfírio Díaz, que era administrado por políticos senis, seguidores do cientificismo do filósofo francês Augusto Comte (1798-1857) e comprometidos com um México moderno. Para tanto, eram capazes de passar por cima das tradições indígenas e católicas, bem como das possibilidades democráticas.

Em 1910, quando o povo já estava impaciente diante de tantas injustiças, Díaz realizou novas eleições e eis que surgiu, na cena política, um advogado e proprietário de terras, Francisco Madero, levantando a bandeira da democracia ao escrever um livro incendiário, *La sucesión presidencial em 1910*. Do Sul do México chegou à capital Emiliano Díaz Zapata, defensor das terras comunais indígenas. Do Norte veio Pancho Villa, líder popular que aderiu à luta contra a ditadura de Porfírio Díaz, reunindo um exército de vaqueiros e artesãos.

Quando Madero questionou a reeleição de Díaz, ele foi encarcerado e o ditador se elegeu, como de costume. No entanto, a revolução popular já havia estourado e Madero havia se tornado um herói. Díaz foi obrigado a se exilar na Europa. Madero fugiu da prisão e conseguiu voltar à capital, com o apoio do povo, alcançando, assim, a presidência da República, com o intuito de dar ao país a experiência democrática extirpada - imprensa livre, congresso independente, liberdade civil, etc. Não obstante, isso era pouco diante do descontentamento popular, no qual se ansiava com urgência por justiça social.

Segundo Fuentes, grupos de camponeses começaram a invadir as terras e os povoados, contribuindo para um movimento de guerra civil. Muitos, como Zapata, acreditaram que Madero havia sido um traidor, pela morosidade de suas reformas políticas de cunho democrático. O general de seu exército, Huerta, o traiu, assassinando-o a sangue frio, em 1913, bem como assumindo a presidência. A revolta popular foi ainda mais intensa: rebeldes, como Zapata e Pancho Villa, se uniram a Venustiano Carranza, representante das classes médias e das altas províncias, para a derrubada de Huerta, em 1914. As duas revoluções caminhavam agora juntas: a primeira, em busca de justiça social com reforma agrária; a outra, em busca da modernidade democrática e da centralização política do país.

Desse modo, é possível compreender que essas revoluções eram também guiadas por um choque, de interesses divergentes. Isso explica a violência política que se estabeleceu a partir de então. Carranza, por exemplo, foi desalojado da Cidade do México por combatentes, antes aliados e agora inimigos: Villa e Zapata, defensores da reforma agrária e de uma política que descentralizasse o

poder. Governaram entre 1914 e 1915, realizando o sonho de muitos indígenas e camponeses que tiveram suas terras usurpadas por meio de injustiças históricas.

Porém, havia outra força política revolucionária no país, liderada por Carranza e Obregón, confiantes em que a modernização política e a justiça social só aconteceriam com a centralização do poder. Nessa crença, mataram Villa, em 1915, e Zapata, em 1919. Esse último episódio foi tão marcante no imaginário social mexicano, que muitos duvidaram da sua morte. Ainda hoje, o imaginário popular mexicano acredita que a causa indígena vive sob a bandeira do Zapatismo, do “Viva Zapata!”.

Devido às divergências ideológicas e a violência política, a revolução matou os seus próprios filhos. Em 1920, Carranza foi misteriosamente assassinado. No entanto, em meio a guerra civil, Obregón conseguiu colocar em prática boa parte das demandas revolucionárias, com a formulação da Constituição de 1917, dando ênfase aos direitos trabalhistas, educacionais, à reforma agrária e ao direito as terras comunais indígenas, sob a égide de um governo centralizador e defensor da modernização econômica. Feito este impensável em muitos países latino-americanos no início do século XX, que desconsideravam por completo tanto a reforma agrária quanto a questão indígena. A Argentina é um exemplo nessa direção.

Vale acrescentar que a Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos foi promulgada em 5 de fevereiro de 1917 e é considerada uma doutrina anarcossindicalista, influenciada pelos movimentos políticos ocorridos na Rússia, Espanha e Itália. A linha-mestra do texto constitucional foi a proibição de reeleição do presidente da República (Porfírio Díaz havia governado mediante reeleições sucessivas, entre 1876 e 1911), a garantia para as liberdades individuais e políticas, sistematicamente negadas a todos os opositores do presidente-ditador, a quebra do poderio da Igreja católica, a expansão do sistema de educação pública, a reforma agrária e a proteção do trabalho assalariado.

Segundo o historiador Fabio Konder Comparato, o que importa é pensar que a Revolução Mexicana foi a primeira a estabelecer a desmercantilização do trabalho, própria do sistema capitalista, ou seja, a proibição de equipará-lo a uma mercadoria qualquer, sujeita à lei da oferta e da procura no mercado. Foi uma tentativa de dar uma dimensão social aos direitos humanos ao limitar a jornada de trabalho, o desemprego, e dar proteção à maternidade, a idade mínima de admissão dos trabalhos industriais e o trabalho noturno dos menores na indústria.

É preciso imaginar que, apesar dessa conquista institucional, durante dez anos, o país ficou completamente desestruturado, econômica e socialmente. Foi preciso não só promulgar uma nova constituição, tal qual a de 1917, bem como pacificar a nação e reerguê-la sob novos alicerces identitários.

O programa nacional de educação, realizado pelo escritor José Vasconcelos, então ministro da Educação, visava acabar com o analfabetismo de cerca de 90% da população, enviando professores para os quatro cantos do país.

Os projetos culturais, como as pinturas dos muralistas mexicanos (Diego Rivera, Orozco, etc.), procuravam narrar, por meio de gigantescas imagens pintadas em edifícios públicos, a história do país para os próprios mexicanos: ensinar, com orgulho, que o México era constituído de indígenas, espanhóis e mestiços.



Essa ideia estava muito distante das visões das elites do século XIX, que viam com vergonha e como sinônimo de atraso as tradições indígenas do país.

Nessa direção, como afirma Carlos Fuentes, a revolução mexicana foi, embora dramática, um abraço em que os mexicanos finalmente souberam como falavam, cantavam, comiam e bebiam, sonhavam e amavam, choravam e lutavam. Em suas palavras, conclui

“essa nação conflituosa descobriu então todos os estratos de sua riquíssima cultura, lutou corpo a corpo com todas as contradições herdadas e assinalou a aparição de uma nova sociedade hispano-americana, moderna apenas se primeiro fosse capaz de tomar consciência de si mesma, sem excluir nenhum aspecto da sua cultura.”¹⁷

Ou seja, para Fuentes, a Revolução produziu uma nova identidade mexicana capaz de reconhecer a contribuição indígena e a necessidade de modernização econômica e de efetivação de uma política democrática. Muitas dessas conquistas vigoram ainda hoje; outras tantas se perderam ao longo dos séculos XX e XXI. Ainda assim, o país se volta sempre para esse momento revolucionário no qual a nação mexicana se reconheceu em uma identidade plural.

B- O tema em questão no livro didático

Observe a narrativa do historiador Raymundo Campos sobre a Revolução Mexicana de 1910.

A Revolução Mexicana

“Logo depois de ter liquidado o império estabelecido por Napoleão III, o México passou por uma fase de intensas lutas internas, a partir das quais se estabeleceu, em 1877, a ditadura de Porfírio Díaz (o “Porfiriato”) que haveria de durar até 1911. Durante este período acentuou-se ainda mais a concentração da propriedade da terra pela exploração sistemática dos camponeses indígenas, ao lado de uma intensa penetração de capitais ingleses e americanos, que praticamente não beneficiaram a economia mexicana.

Em 1911, a revolução começava pela derrubada de Porfírio Díaz. Logo de início, a luta foi realizada principalmente por camponeses que reivindicavam uma reforma agrária, à frente dos quais encontramos heróis populares como Pancho Villa e Emiliano Zapata. A revolução também se caracterizaria pelo seu caráter fortemente anti-imperialista, realizando já em 1914 as primeiras nacionalizações de empresas petrolíferas americanas, fato que provocou a intervenção armada dos Estados Unidos.

Continuando, com avanços e recuos, a Revolução Mexicana teve o seu grande momento durante o governo de Lázaro Cárdenas, iniciando em 1933, quando foram realizadas as seguintes reformas: grande quantidade de terras foi distribuída aos índios; o poder do clero foi sensivelmente diminuído; processou-se a nacionalização das estradas de ferro e uma luta intensa foi travada contra as empresas petrolíferas estrangeiras que, em março de 1938, tiveram bens nacionalizados no valor de 400 milhões de dólares”.

CAMPOS, Raymundo. *História Geral. Idades Moderna e Contemporânea. Vol. 2. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atual, 1978, p. 196.*

Algumas questões para pensar

Como o autor narra os elementos que ocasionaram a Revolução Mexicana? Os desdobramentos desse processo são compreendidos por ele de que forma? A leitura desse texto nos permite entender que os motivos que levaram a Revolução Mexicana foram múltiplos? O texto mostra claramente o caráter popular da Revolução Mexicana? O texto sinaliza para o fato de que a conquista da reforma agrária esteve relacionada às demandas indígenas pelo uso comunal das terras?

17 FUENTES, Carlos. “Terra e liberdade”. In: *O Espelho Enterrado – Reflexões sobre a Espanha e o Novo Mundo*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001, p. 309.

Algumas observações sobre o texto *A Revolução Mexicana*, de Raymundo Campos

Sabemos que não é possível cobrar do livro didático explicações muito apuradas sobre determinado tema. No entanto, devemos estar atentos para os pontos cegos do texto que impedem os alunos de compreenderem melhor o processo histórico. Nesse caso do texto sobre a Revolução Mexicana, **não fica clara** a diversidade de interesses e insatisfações vividas naquela sociedade antes do processo revolucionário ser deflagrado. Outro ponto a considerar, é que muitos daqueles considerados camponeses eram indígenas e lutavam pela terra, **não** para que ela fosse usada como propriedade capitalista, e sim para que fosse usufruída como um espaço comunal, sagrado, em sintonia com a natureza, onde pudessem cultivar a terra para a sua subsistência.

Façam uma reflexão sobre a bibliografia indicada e as possibilidades que ela oferece para pensar algumas questões que o livro didático não apresenta de maneira plenamente satisfatória.

Bibliografia complementar sobre a Revolução Mexicana

CAMÍN, Héctor Aguilar. MEYER, Lorenzo. ***À sombra da Revolução Mexicana: história mexicana contemporânea, 1910-1989*. São Paulo – SP, EdUSP, 2000.**

CÓRDOVA, Arnaldo. *La ideología de la Revolución Mexicana – la formación del nuevo régimen*. México – DF, Editora Era. Primeira Edição: 1973.

GILLY, Adolfo. *La revolución interrumpida – México, 1910 –1920: una guerra campesina por la tierra y el poder*. México – DF, Editora El Caballito. Primeira edição: 1971.

RUIZ, Ramón Eduardo. *México: La Gran Rebelión – 1905/1924*. México – DF, Editora Era. Primeira edição em Inglês: 1980.

PAZ, Octavio. *O labirinto da solidão e pos-scriptum*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PAVANI, Rafael. *Modelos e explicações na historiografia da Revolução Mexicana*. IFCH: Unicamp, 2007.

A expansão territorial e econômica no século XIX e a questão da Fronteira no imaginário norte-americano

Aula 9, Textos base:

KARNAL, Leandro. *Inventando a nova nação*. In: História dos Estados Unidos. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p.101-115.


OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt*. In: *Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e EUA*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.127-147.

A- Ideias gerais do texto

A expansão norte-americana em direção ao Oeste, no século XIX, ultrapassou fronteiras naturais e culturais, ao abarcar uma área cinco vezes maior em relação ao território existente, no início da independência norte-americana, em 1776. Isso ocorreu por meio de políticas públicas que estimularam o extermínio das populações indígenas, a ocupação do território por imigrantes brancos e o desenvolvimento do capitalismo industrial.

Os textos que nos auxiliam para a melhor compreensão desse processo são: o texto introdutório ao tema do professor de História da Unicamp Leandro Karnal e o da pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas Lúcia Lippi de Oliveira sobre os significados da fronteira para a constituição da identidade nacional norte-americana.

Antes, é preciso recordar que a independência norte-americana adquiriu um sentido revolucionário ao romper os laços com a metrópole inglesa e constituir uma nação com bases institucionais pautadas na liberdade individual, no sistema republicano democrático e no estímulo ao desenvolvimento do capital. Recorde, por exemplo, os conteúdos relativos à Declaração de Independência, em 1776, e a Constituição Americana promulgada em 1787. Essas conquistas - por mais questionáveis que sejam, quando pensamos na permanência da escravidão, na marginalização dos indígenas e no preconceito contra as mulheres na vida pública - revelam um avanço em relação aos sistemas políticos extremamente autoritários e aristocráticos daquela época.



O Estado moderno liberal que se formou com a união das Treze Colônias tinha como objetivo a expansão gradativa do capitalismo por meio do sistema de *plantation*, entre outros fatores.

Sua ênfase era dada no estímulo à produção em larga escala do algodão, do tabaco, do açúcar e do arroz, feita com mão de obra escrava no Sul e no Oeste do país. Havia também o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, principalmente ao Norte, com a formação de fábricas de vidro, borracha, lã, couro, armas de fogo; a construção de estradas de ferro, barcos a vapor, além da descoberta de novas técnicas agrícolas. Dentre elas, estava o descaroçador de algodão, em 1793, cujos resultados multiplicaram os lucros de muitos proprietários de terras, comerciantes e industriais.

Vale dizer que esse processo de expansão do território e de desenvolvimento do capitalismo foi extremamente conflituoso, permeado por acordos, guerras e violência. Entre 1812 e 1814, por exemplo, a Inglaterra tentou novamente retomar, sem êxito, as ex-colônias ao invadir os Estados Unidos. Em 1823, o país

com receio das políticas conservadoras da Santa Aliança, que nutria interesse em reaver as possessões americanas perdidas pela Espanha e Portugal, declarou a “Doutrina Monroe”, em defesa da não interferência da Europa na América. A doutrina, conhecida também pelo *slogan* “*A América para os americanos*”, se tornou ambígua na América Latina, ao ser vista como uma justificativa norte-americana de interferir e até invadir, sempre que considerasse plausível, a América Latina.

A percepção negativa acerca do expansionismo norte-americano não foi gratuita. Em 1836, os Estados Unidos anexou o Texas, recém-independente do México, e, em 1946, declarou guerra contra o México, obrigando-o a perder mais da metade do seu território em troca de uma indenização irrisória. Somado a isso, o país comprou o Oregon da Inglaterra; a Louisiana da França; a Flórida da Espanha; o Alasca da Rússia; tomou a Indonésia da Espanha; invadiu a Nicarágua; apoiou as independências de Cuba e Porto Rico (1898), expandindo o território e suas possibilidades de desenvolvimento econômico.

A ideia de predestinação norte-americana - muito presente no discurso político e religioso da nação - era parte constituinte do projeto ideológico que difundiu a ideia de que o sentimento nacional americano se desenvolvia na medida das conquistas individuais e coletivas dos grandes espaços de fronteira, como o Oeste do país. A construção da ideologia nacional norte-americana capaz de desenvolver sentimentos comuns a uma população que falava diferentes línguas, proferia distintas religiões, possuía interesses econômicos diversificados e princípios morais divergentes foi uma espécie de “mito fundador” da nação.

Segundo Lucia Lippi, “o mito da fronteira” esteve vinculado à crença de uma terra prometida, destinada ao sucesso, trabalhada por homens brancos e protestantes virtuosos, que a conquistaram por direito divino e natural.

O romantismo foi, sem sombra de dúvida, um movimento que contribuiu com “o mito da fronteira” por meio de suas expressões artísticas e literárias, legitimando, assim, as transformações do espaço social e simbólico do país.

Com efeito, o lado obscuro da construção mítica do romantismo foi a ausência de uma preocupação em incluir os indígenas nessa sociedade e o silêncio em relação ao fato de alguns estados norte-americanos manterem a escravidão africana.

O governo central oficializou o extermínio ou a remoção das populações indígenas em políticas como as implementadas pelo democrata Andrew Jackson, que promulgou a “Lei de Remoção dos Índios”, em 1830. O intuito era o de ocupar as terras existentes para o cultivo agrícola e ultrapassar as fronteiras naturais representadas pelos românticos como um espaço vazio, aberto, tranquilo, ou seja, digno de ser conquistado.

Ao final do século XIX, artistas e intelectuais passaram a fomentar, assim, esse “mito da fronteira”, criando histórias e imagens de um momento grandioso, no qual o homem americano descobriu as suas virtudes e superações no desafio expansionista, no conflito com o “outro” e no controle da natureza.

No final do século XIX, o historiador norte-americano Frederick Turner, juntamente com outros estudiosos progressistas, contribuiu para essas visões ao desenvolver a ideia da excepcionalidade norte-americana. Ele trabalhou a noção de que os colonos brancos e protestantes chegaram à América e decidiram criar uma república democrática capaz de ser espacialmente ampliada. É a ideia de um povo predestinado que construiu um ambiente democrático em um espaço natural amplo e livre: um ambiente à espera de ser conquistado.

Segundo Lucia Lippi, essa interpretação mítica sobre a fundação norte-americana e sobre o caráter do americano foi moldada com a expansão para o Oeste e predominou na historiografia oficial norte-americana pelo menos até a



Segunda Guerra Mundial. A autora ressalta ainda que essa tese foi desenvolvida com afimco no momento de crise econômica e política após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865), com o objetivo de reafirmar a necessidade da unidade nacional e da política democrática no país. Para a historiadora, no final do século XIX, Turner e o próprio presidente da época Theodor Roosevelt associavam

*"[...] a conquista do Oeste com a ideologia do excepcionalismo americano e com a missão dos Estados Unidos no mundo. Por volta de 1820, já era lugar comum ver a conquista do Oeste como a expansão da civilização contra a selvageria, da democracia contra a Tirania, assim como "válvula de escape" que tornou a luta de classes desnecessária na América. Agora, no final do século XIX, com o fim das terras livres, com o fim da fronteira, havia novamente riscos para a democracia, e é a partir desse contexto que vão ser construídos novos significados para a experiência histórica de fronteira."*¹⁸

A ideia de fronteira deve ser compreendida como um elemento natural e cultural que representa desafio, limite, conhecimento, conflito e encontro com o "outro". No caso norte-americano, a fronteira significou a crença da superioridade de brancos protestantes em relação à inferioridade de outras raças, como os indígenas, africanos e latinos. Nessa direção, o poder democrático norte-americano tinha os seus limites em relação ao "outro". Esses limites foram revistos ao longo da história norte-americana, por meio das lutas pelos direitos civis de indígenas, negros, mulheres, latinos... Enfim, por meio das lutas dos que acreditaram e acreditam que a busca pela vida, pela liberdade e pela felicidade seja um direito constitucional presente na Declaração da Independência (1776), que deve ser vivido plenamente por todos os cidadãos norte-americanos.

B-O tema em questão no livro didático

Leia a narrativa realizada por José Geraldo de Moraes acerca da expansão territorial norte-americana

A expansão territorial

"Com a solução dos problemas políticos internos e externos, os EUA partiram para a expansão de suas fronteiras, por meio de acordos amigáveis e de compra ou então com sangrentas guerras, como contra os indígenas e mexicanos.

Inicialmente Thomas Jefferson comprou da França o Estado da Louisiana em 1803. A Flórida foi comprada da Espanha em 1819. Entretanto, as medidas mais importantes para a expansão de suas fronteiras foram:

A marcha para o oeste – Realizada pelos pioneiros e incentivada pelo Estado. Nesta ocupação da região Oeste, inúmeras nações indígenas foram massacradas e dizimadas pela guerra, por bebidas e doenças, a maioria delas vindo a desaparecer. A conquista permitiu aos Estados Unidos a incorporação de milhões de quilômetros quadrados ao seu território e o acesso ao Pacífico. Os imigrantes europeus tiveram papel relevante na ocupação do Oeste a partir da década de 1840; milhares deles chegaram aos Estados Unidos com o sonho do rápido enriquecimento.

A conquista do Sudoeste – Em direção ao Sul, os Estados Unidos conquistaram o Texas (1845), o Novo México, a Califórnia, e o Arizona, através das guerras contra o México (1846-48).

A expansão territorial continuou nas décadas seguintes, com a compra da região de Gadsden (1853), do México, do Alasca (Rússia, 1867) e a anexação do Oregon, depois do acordo feito com a Inglaterra. Assim, ia se formando um país com dimensões continentais e potencialidades para se desenvolver internamente e alcançar a hegemonia política do continente".

MORAES, José Geraldo Vinci de. "A América no século XIX". In: Caminhos das civilizações: História Integrada – Geral e Brasil. São Paulo: Atual, 1998, p.282.

18 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "A América e a Fronteira: Turner e Roosevelt". In: Americanos: representação da identidade nacional no Brasil e EUA. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.145.

Algumas questões para pensar

O texto sobre a expansão territorial dos Estados Unidos apresenta uma análise crítica sobre os fatos narrados? Como sabemos, a expansão norte-americana teve como efeito o extermínio das populações indígenas e a manutenção da escravidão africana. O texto mostra algum elemento nessa direção? Que tipo de desenvolvimento os Estados Unidos gerou com o seu projeto expansionista? Por que os Estados Unidos teve a possibilidade de se desenvolver a ponto de alcançar a hegemonia econômica no continente?

Algumas observações sobre o texto de José Geraldo de Moraes

Como visto nos textos, a conquista norte-americana teve como efeito a marginalização tanto das populações indígenas quanto das africanas em prol do “livre” desenvolvimento do capitalismo, que em longo prazo concentrou a renda e gerou muitos conflitos internos de cunho político, social e econômico. A expansão territorial norte-americana e sua hegemonia no continente de fato ocorreram, mas é preciso problematizar essas ideias para não correremos o risco de idealizarmos essas conquistas sem refletirmos sobre suas consequências.

Bibliografia completar sobre a fronteira

FOHLEN, Claude. “A fronteira: uma explicação da História Americana?”. In: *América Anglo-americana de 1815 à atualidade*. São Paulo Companhia das Letras, 1989, p.281-301.

MADER, Maria Elisa. Civilização, barbárie e representações espaciais nas Américas no XIX. Rio Grande do Sul: UNISINOS. Vol.12, n.3, p.262-270, Setembro/Dezembro, 2008.

PRADO, Maria Ligia Coelho. “Natureza e identidade nacional nas Américas”. In: *América Latina no século XIX: tramas, telas e textos*. São Paulo: Edusp, 1999, p. 179-216.

SILVA, Claudia Luna. Fronteiras da cidade: limites do humano. Juiz de Fora: *Ipotesi*, vol.12, n. 1, p.63-73, jan./jul, 2008.

A Guerra Civil Norte-americana (1861-1865)

Aula 10 e 11, Texto base:

EISEMBERG, Peter L. "Introdução"; "As causas da Guerra"; "A guerra civil". In: Guerra Civil americana. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.p.7-1; p.39-79.

A- Ideias gerais do texto

Com base no texto paradigmático do historiador norte-americano Peter L. Eisenberg, publicado em 1982, abordaremos de forma sintética a Guerra Civil Americana, tema este considerado clássico da historiografia. Ocorrida entre 1861 e 1865, a Guerra Civil merece atenção, segundo o historiador, porque marcou profundamente a história dos Estados Unidos, não só por ter provocado milhares de mortos, mas também por ter colocado em evidência o impasse entre as regiões Norte e Sul do país e a incapacidade da Constituição Norte-americana de 1787 de superar os antagonismos políticos latentes na segunda metade do século XIX. Calcula-se que a Guerra Civil resultou em cerca de 600 mil mortos – em poucos eventos morreram tantos norte-americanos num único conflito.



Existem alguns aspectos comparáveis entre essa história e a do Brasil. A Guerra Civil Norte-americana foi uma reação ao movimento separatista do Sul, que declarou a independência por meio da formação dos Estados Confederados da América, à revelia do Norte, que lutou contra a separação. Da mesma forma, o governo imperial brasileiro teve que reprimir diversos movimentos separatistas, como a Revolução das Farrroupilhas, no Rio Grande do Sul, entre 1835 a 1845.

A questão da escravidão foi também um elemento que convulsionou a vida política tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil e parte das elites desses países resistiu o quanto pôde à sua extinção. Dessa forma, o que explica a Guerra Civil Norte-americana ter adquirido proporções tão dramáticas? Cabe ao leitor, ao longo da análise do texto, desenvolver sua própria perspectiva crítica a respeito.

Antes de analisarmos a guerra, apontaremos as diferenças profundas entre Norte, Sul e Oeste dos Estados Unidos que determinaram a guerra.

O Norte, geograficamente, ao longo do processo de expansão, chegou até a margem oriental do rio Mississipi. A produção econômica no período colonial era voltada para a subsistência. Ao final do século XVIII, iniciou a produção manufatureira de móveis, calçados, ferramentas, roupas, relógios e barcos, agora livre dos impostos cobrados pela Inglaterra.

Em 1860, a produção manufatureira do Norte se igualara à dos produtos agropecuários do Sul. A chegada de milhares de imigrantes no país (a maioria vindos da Irlanda, Inglaterra e Alemanha), a descoberta de novas tecnologias, a racionalização da produção, a expansão da fronteira agrícola, a construção de estradas de ferro e o uso contínuo de rios navegáveis garantiram o sucesso do crescimento econômico do Norte. Isto foi feito também com a repressão das populações indígenas e com a utilização da mão de obra livre. Vale lembrar que a escravidão no Norte havia sido abolida na maior parte dos estados logo após a Independência, em 1776.

Já o Sul era economicamente agrícola desde o período colonial e permaneceu assim ao longo do século XIX. Produtos, como o fumo, o algodão, o arroz e o milho, eram cultivados por meio, predominantemente, da mão de obra escrava, apesar

da proibição do tráfico em meados do século XIX. A venda desses produtos era feita para as indústrias inglesas, bem como para as nascentes indústrias do Norte do país. A mineração também era fonte de renda, mas a sua riqueza ocorria com o tratamento dado pela indústria de fundição do Norte do país.

Assim, o Oeste dos Estados Unidos era uma área de fronteira dinâmica, que foi se ampliando ao longo do século XIX até o Oceano Pacífico, com a expansão agrícola, a exploração de minérios, a caça de animais e o confronto constante com as populações indígenas. Alguns dos novos estados que se formaram, como o Texas, aderiram à *mão de obra escrava*; outros não.

Para Eisenberg, quando a Guerra Civil Norte-americana começou, ninguém devia ter ficado muito surpreso, pois as divergências entre Norte e Sul eram latentes desde o período colonial e se agravaram ao longo do século XIX.



Alguns exemplos:

1- A tarifa sobre as importações

O Norte queria o aumento de imposto para garantir o desenvolvimento de sua indústria; o Sul desejava a diminuição de imposto para que pudesse importar produtos mais baratos. Os debates e acordos oscilaram de um lado ao outro até a Guerra Civil.

2- O acesso às novas terras conquistadas a Oeste dos Estados Unidos eram também motivos de desacordos

O Norte defendia a venda das terras por um preço alto para garantir a mão de obra barata na indústria. Os pequenos proprietários desejavam que as terras fossem vendidas a um preço barato, bem como os sulistas que tinham interesse em ampliar a agricultura com o apoio dos recém-formados estados do Oeste. Com efeito, a maior parte das terras foi vendida a preços inferiores aos desejados pelos industriais do Norte.

3- Sobre a natureza de bancos e dinheiro

O centro de finanças do país estava no Nordeste e era lá que se emprestava dinheiro ao país inteiro. Essa região desejava um banco nacional e uma moeda forte capaz de realizar empréstimos e trocas comerciais com o valor real. O Sul e o Oeste, favorecidos pelos empréstimos, desejavam a flexibilidade das emissões de dinheiro, demonstrando contrariedade à existência de um Banco Nacional.

4- A questão relativa aos “melhoramentos internos” do país

Por meio de subsídios do governo federal, eram feitos melhoramentos em canais, portos e estradas de ferro, para que todo o país desenvolvesse melhor as relações comerciais. Porém, o Sul desconfiava dos altos custos desses investimentos, ao notar que eles beneficiavam mais o Norte do país do que ao Sul.

Por meio de dois partidos políticos, os Whigs e os Democratas, os Estados Unidos deliberavam sobre essas e outras divergências políticas. Os Whigs representavam os grandes comerciantes e manufatureiros do Norte, os fazendeiros aristocratas do Sul e os interessados no desenvolvimento do Oeste. Defendiam uma participação maior do governo federal na economia. Chegaram a ter certo *prestígio* na primeira metade do século XIX, por terem representantes políticos considerados heróis de guerra. Os Democratas, por sua vez, eram um partido de base popular, formado por pequenos fazendeiros do país, que defendiam um Estado liberal com menos impostos.

De todo modo, o grande impasse de toda a sociedade norte-americana foi a escravidão, que dividiu não apenas os partidos, mas toda a sociedade.



Por questões morais e econômicas, o Norte defendia a abolição da escla-



vidão, mas o Sul resistia em abrir mão do trabalho escravo e dos impostos que isso acarretaria. Apesar de os estados sulistas terem aceitado o fim do tráfico, a escravidão permaneceu no país até a Guerra Civil, iniciada em 1861.

Em 1816, porém, surgiu uma das primeiras reações explícitas contra a escravidão do Sul, que incentivava, inclusive, a ida de escravos para o Norte, com o intuito de ganharem a liberdade. O governo do presidente James Monroe chegou a comprar, em 1819, uma região da África Ocidental, a Libéria, para enviar os descendentes de africanos, libertando-os da escravidão nos Estados Unidos. Havia jornais abolicionistas, como *O libertador*, publicado de 1831 a 1865, que reivindicava a abolição imediata sem indenização, além de partidos, como o Partido da Liberdade, fundado em 1940, que levantava essa bandeira de maneira explícita.

Vale salientar que a escravidão no Oeste dos Estados Unidos era devido ao fato de parte da região ter sido povoada por fazendeiros sulistas, desejosos de manter a escravidão. O governo federal propunha uma tentativa de manter o equilíbrio entre os estados do Oeste, recém-formados, ao incentivar a adesão de alguns à abolição e outros à escravidão.

A partir de 1850, a capacidade de realização de acordos entre o Norte e o Sul esgotou-se. Havia mais representantes do Norte no governo do que no Sul, devido ao crescimento demográfico da população no Norte em relação ao sul, e ao não favorecimento da escravidão nos estados do Oeste.

Revoltas, conflitos e movimentos de resistência contra e a favor da escravidão tomaram conta do país. Chegou ao ponto de os próprios partidos Whigs e Democratas se cindirem em torno desta questão, o que levou à formação do Partido Republicano, em 1854. O crescimento vertiginoso desse partido, carregando uma bandeira antiescravista, o conduziu rapidamente e de modo surpreendente à presidência da República, por meio da eleição de Abraham Lincoln, em 1861.

O fato é que o Sul, nos anos de 1850, vivia uma prosperidade comercial maior do que a alcançada no Norte no mesmo período. Porém, havia um maior movimento de estados do Oeste que estavam aderindo à abolição da escravidão. Quando Lincoln chegou à presidência, em 1861, para os estados sulistas, era uma sentença de morte à escravidão. Foi necessária, segundo os próprios sulistas, a separação do país para a manutenção da escravidão no Sul e sua expansão para o Oeste. Chegaram a proclamar a República e a formar os Estados Confederados da América.

Em meio às graves tensões políticas, o presidente Lincoln declarou que defenderia, a todo custo, a união da nação e, para minimizar os conflitos, até toleraria a escravidão em territórios no quais ela já existisse. Apoiado pelo Norte, que a princípio parecia mais forte e resistente, teve de lutar duramente durante quatro anos para a reconquista da união dos Estados Unidos da América, uma vez que o Sul se defendeu militarmente o quanto pôde do Norte, onde a população era maior, a indústria mais forte e o Estado incentivador da mão de obra livre.



O presidente Lincoln atuou em várias frentes em prol da unidade nacional. Em determinado momento dos conflitos, chegou a propor a emancipação dos escravos do Sul de modo lento, gradual e indenizado. Além disso, reagiu de forma enérgica, violando correspondências, fechando jornais, prendendo sem julgamento e punindo em nome da União.

Diante da popularidade que o presidente alcançou com a luta antiescravista, durante a Guerra Civil, em 1863, foi proclamada a Lei de Emancipação da Escravidão. Nas áreas longe do alcance da União, os escravos tornaram-se livres na medida em que as tropas do Norte venciam. Mas foi, em 1865, que, de fato, a lei federal aboliu a escravidão em todo o território nacional, garantida pela reconhecida Décima Terceira Emenda da Constituição Norte-americana.

A derrota do Sul significou o colapso econômico da região e milhares de mortos. Foi a primeira guerra da história a usar armas de extermínio em massa. Entretanto, apesar de sentir os danos da guerra, o Norte vitorioso ganhou um forte impulso do governo federal e da iniciativa privada para o desenvolvimento amplo do capitalismo industrial.

É importante frisar que foram necessárias *décadas para a reconstrução do país*, bem como para a igualdade de condições sociais entre negros e brancos, pois o preconceito racial permaneceu em múltiplas formas. A Guerra Civil é considerada, ainda hoje, a mais custosa e letal que os Estados Unidos já enfrentaram. De acordo com Eisenberg, o seu significado é motivo de constantes revisões historiográficas e usos políticos que, neste último caso, se esforçam para associar os ideais de liberdade à figura do presidente Abraham Lincoln, assassinado por um manifestante fanático no ano em que findou a guerra, em 1865.

Vale acrescentar, por fim, que logo depois da guerra, as interpretações eram muito partidárias nos Estados Unidos. Escritores do Norte chamavam a guerra de “Rebelião do Sul” e consideravam a destruição da região um castigo merecido. Com efeito, o historiador conclui:

“Parece claro que nem o Norte nem o Sul era mocinho ou vilão. Também é evidente que as forças econômicas e sociais que determinavam a direção da história americana durante o século XIX não poderiam ter estado ausentes na hora de sua crise maior. Se a escravidão não era a única questão dividindo o norte e o sul, ela teve implicações e consequências tão profundas que é bem possível entender que um impasse político sobre esta questão tivesse levado as classes dominantes à guerra. Nem sempre duas sociedades com formações econômicas e sociais diferentes entram em combate mortal. Mas, quando há grandes proximidades entre as duas no mesmo corpo político, e quando as duas tem as mesmas ambições para com uma outra região ainda em formação, como foi o caso do Oeste, fica mais provável que nem todas as diferenças políticas encontrem resoluções amigáveis.”¹⁹

¹⁹ EISENBERG, Peter L. “Introdução”; “As causas da Guerra”; “A guerra civil”. In: *Guerra Civil americana*. 4ed. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.112.

B-O tema em questão no livro didático

Observe a narrativa sobre a *Guerra Civil (1861-1865)*, de Raymundo Campos.

Guerra Civil (1861-1865)

“Na segunda metade do século, os Estados Unidos viveram uma série de mudanças revolucionárias decorrentes especialmente da Guerra de Secessão, que opôs os estados do Norte aos do Sul.

A guerra foi resultado de uma velha rivalidade entre Norte e Sul. Durante muitos anos os sulistas haviam dominado a política americana, mas na metade do século XIX, estavam sendo superados pelo progresso do Norte. Enquanto o Sul permanecia com uma economia agrária, voltada para o mercado externo e baseada na grande propriedade escravista, o Norte caminhava a passos rápidos para a industrialização. Tal situação criava um forte antagonismo entre as duas regiões com relação à política

tarifária: enquanto o Sul, que não possuía indústrias desejava tarifas baixas, que não encarecessem os artigos importados, o Norte, com um florescente parque industrial, desejava tarifas altas que o protegessem da concorrência dos manufaturados estrangeiros.

Além do problema tarifário, o antagonismo Norte-Sul alimentou-se do problema da escravidão e da organização dos novos estados. Os estados do Norte tendiam a encarar como normal a escravidão negra no Sul, mas eram frontalmente contrários à extensão do escravismo aos novos estados que surgiram nos territórios anexados a partir da compra de Louisiana. Tal posição devia-se ao fato de que, se a escravidão fosse introduzida nos novos estados, eles possuiriam uma organização econômica semelhante à do Sul, e os seus representantes no Congresso reforçariam a bancada sulista mantendo o predomínio político do Sul. Essa questão do escravismo nos novos estados parece ter sido a principal razão da guerra, que eclodiu logo depois da derrota do sul nas eleições presidenciais de 1860, quando foi eleito o republicano Abraão Lincoln.

Um maior número de recursos, tais como população e indústria, fez com que os nortistas vencessem a guerra. Essa vitória deu ao Norte forte predomínio político, que levou a um espetacular desenvolvimento industrial da região.

Ao lado desse grande crescimento industrial, o país continuou a sua expansão para o Oeste.”

CAMPOS, Raymundo. “Estados Unidos e Inglaterra na segunda metade do século XIX”. *História Geral. Vol. 2. Idades Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Editora Atual, 1978, p.139.

Algumas questões para pensar

O autor compreende o processo da Guerra Civil (1861-65) apresentando de forma objetiva os seus principais aspectos. É possível imaginar por meio dessa narrativa o fato de que a Guerra Civil foi a pior já enfrentada pelos Estados Unidos? Diante do fato de que a economia sulista foi duramente destruída com a guerra, como explicar aos alunos de maneira plausível o “grande crescimento industrial”? A questão da escravidão foi plenamente resolvida, segundo essa narrativa? Os negros no dia seguinte foram incorporados como cidadãos à sociedade norte-americana?

Algumas observações sobre o texto de Raymundo Campos

A Guerra Civil norte-americana foi terrível para os estados do Sul não apenas porque aboliu a escravidão, da qual eles dependiam, mas também porque destruiu parte de seus recursos, uma vez que boa parte das lutas ocorreu em seus territórios. Vale frisar que o Sul levou décadas para se reerguer e o preconceito racial foi latente na região até boa parte do século XX. Devemos, desse modo, utilizar a bibliografia para refletir com os alunos questões colocadas de forma sintética pelos autores dos livros didáticos.

Bibliografia complementar sobre a Guerra Civil

BERLIN, Ira. *Gerações de cativo: uma história da escravidão nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

CHAMBERS, Jonh Whiteclay. *To raise an army: the darft comes to Modern America*, New York: Free Press, 1987.

O imperialismo norte-americano

Aula 12, Texto base:

WINKS, Robin W. *O Imperialismo*. In: WOODWARD, C. Vann (org.) *Ensaio comparativos sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.262-279.

A- Ideias gerais do texto

Vamos refletir sobre o texto *O Imperialismo*, do norte-americano Robin W. Winks (1930-2003), diplomata, historiador e professor de Yale. Para nós, latino-americanos, é bastante natural pensarmos nas relações políticas, econômicas e culturais que os Estados Unidos estabelecem conosco como uma espécie de imperialismo. Chegamos ao ponto de atribuir, em alguns momentos, parte de nossa instabilidade ao imperialismo norte-americano. Sem dúvida, esse aspecto era mais evidente durante a Guerra Fria, na qual os conflitos entre sistemas capitalistas e comunistas produziram visões negativas das esquerdas latino-americanas sobre os Estados Unidos. Mas o que significa imperialismo? Qual é a crítica que está embutida nesse termo? Quais as implicações de pensarmos os Estados Unidos como um país imperialista? Qual é a especificidade do imperialismo norte-americano?

Logo, no início do texto, Winks nos faz uma provocação ao afirmar que “O depositário do poder é sempre impopular”, frase conhecida, segundo ele, por todos os homens de poder que contribuíram para o desenvolvimento de grandes potências, como Theodor Roosevelt, que tomou o Panamá da Colômbia e construiu um canal que liga o Atlântico ao Pacífico sem pedir a permissão de nenhuma outra nação. Com efeito, todo o depositário do poder é lido como imperialista.



É o imperialismo é, por sua vez, interpretado de maneira pejorativa. O termo se tornou elástico, ao ser associado a todos os homens que utilizam o poder para a expansão, consolidação e conquista. Ou seja, são imperialistas os que têm poder econômico, político e militar, mas ninguém que possui poder econômico, político e militar gosta, nos últimos tempos, de ser nomeado como tal.

No caso dos norte-americanos, muitos negam que o país seja imperialista ou que tenha tido um passado imperialista, e sim um passado expansionista ou progressista, comprometido com a república democrática. Isto é, para eles, muito diferente de outros países considerados imperiais, como a Inglaterra, que se via como um império, no século XIX, e justificava a sua dominação com base na ideia da “superioridade cultural”.

Fica claro, aqui, quando observamos o caso da Inglaterra, que o termo *imperialismo* nem sempre foi visto de maneira pejorativa. No final do século XIX, a Inglaterra se orgulhava de ser a grande potência imperialista capaz de levar a razão, o progresso e a ordem aos quatro cantos do mundo, mesmo que isso significasse o fim das práticas culturais, políticas e religiosas do povo a ser conquistado.

Os holandeses, franceses, norte-americanos e, até mesmo, o Corpo de Paz, sentiram esse mesmo espírito missionário ao dominar suas respectivas regiões. É uma mistura de sacrifício, arrogância, superioridade, *progressismo*, cristianismo que envolve a prática imperial. *Colonizar o espírito* é influenciar de maneira determinante o “outro” e, nesse caso, segundo o historiador, ninguém gosta de

ser o influenciado, pois há “uma considerável indignidade em se deixar dominar”.

No século XIX, os projetos expansionistas associados ao imperialismo utilizaram uma série de justificativas para dominar outras regiões, como o recurso à ciência natural. Com seus argumentos científicos, objetivos e hierárquicos, que estabelecia classificações de povos, raças, religiões e costumes, essa ciência foi responsável por atestar aquilo que era superior e aquilo era inferior.



Como se o cientistas fossem capazes de atestar e comprovar que os ingleses eram superiores aos indianos pela sua manifestação cultural, ou os africanos inferiores aos alemães pela questão racial. Isso, absurdo nos dias de hoje, teve o apoio da ciência natural e fomentou a prática imperialista.

Com efeito, o imperialismo europeu e norte-americano desconsiderou a diferença e julgou o “outro” sem, de fato, conhecê-lo. Impuseram aquilo que consideravam o mais apropriado aos africanos, asiáticos e latino-americanos, sem perguntarem a eles o que ou se precisavam daquilo.

É interessante pensar na observação de Winks sobre o fato de os Estados Unidos não se verem como país imperialista, porque foi fruto de um antigo império colonial e formado na crença de que construiu um novo mundo, com povos de diversas origens, vítimas, inclusive, das lutas imperiais e vinculadas aos princípios republicanos.

Somado a isso, as intervenções norte-americanas em diversas regiões do mundo tinham um caráter, segundo afirma, *habilitador* para que fossem admitidas na união: ou aprendiam a governar a si mesmas sob os princípios democráticos e republicanos ou não seriam passíveis de serem anexadas. Isso se traduziu em uma espécie de domínio indireto e rápido, pois não existiu nos Estados Unidos nenhum serviço militar público, nem organização militar de ultramar, nenhum sistema educacional e nem mesmo nenhum “departamento colonial”, durante o século XIX e a primeira metade do século XX.

A ideia é pensar, segundo o autor, como o poder norte-americano foi mobilizado pela primeira vez contra os menos poderosos e como foi empregado. Como sabemos, houve dois períodos de expansão norte-americana: o primeiro, ocorrido entre 1803 a 1853, foi de crescimento interno em direção ao Oeste, completado com a conquista de parte do território mexicano. Foi imperialista esse período? O historiador considera que pode ter sido, uma vez que foi justificado como uma prática de direito natural, de missão nacional e destino manifesto, na qual muitos norte-americanos se fiaram ao acreditar que compartilhavam de valores superiores, aos dos indígenas e africanos. Nesse caso, não era preciso o “outro”, encontrado no exterior, para reafirmar a superioridade norte-americana, pois ela já encontrava no índio e no negro, sujeitos a serem marginalizados e superados.

Após a Guerra Civil norte-americana (1861-1865) e a compra do Alasca da Rússia ocorreu um projeto expansionista para além-mar, com características marcadamente imperialistas. Isso porque os Estados Unidos apoiaram e intervieram na independência de Cuba, Porto Rico, Filipinas, Havaí e Panamá, com base na Doutrina Monroe, em 1823.



Seguiu com intervenções no Haiti, Nicarágua, Honduras e República Dominicana. No entanto, para o historiador, há algumas particularidades no imperialismo norte-americano, que devem ser levadas em consideração em relação às outras potências imperialistas, como a Inglaterra. Três diferenças se destacam:



1 - As anexações norte-americanas eram sempre de regiões estratégicas, em sua maioria, ilhas. Ex: Porto Rico e Havaí.

2 - As intervenções norte-americanas eram temporárias e com objetivos limitados, evidenciando uma natureza imperial transitória.

3 - As ingerências norte-americanas eram indiferentes à cultura local. Demonstraram, por exemplo, desprezo e ignorância pela cultura espanhola na América, diferente das atitudes adotadas por países imperialistas, como a França e a Inglaterra.

O que, então, caracterizou império norte-americano foi, para o autor, a tentativa de ajustar as possessões coloniais ao republicanismo capitalista: formar um sistema econômico único e vantajoso às colônias, que, como produtoras primárias, precisariam de um mercado consumidor que só encontrariam nos Estados Unidos. Winks defende a ideia de que muitas das colônias, como as Filipinas e Porto Rico, nem eram lucrativas; já tinham sido colonizadas por outras nações europeias e desejavam a proteção norte-americana, que concedia relativa autonomia a elas.

Seguindo a sua linha de raciocínio, nenhuma colônia europeia conseguiu a independência após a Segunda Guerra Mundial. Já os Estados Unidos haviam libertado Cuba de suas imposições administrativas, em 1934; prometeram a liberdade às Filipinas e ofereceram a independência a Porto Rico, negada por eles mesmos. Para o historiador, o país nem precisava ter feito isso, uma vez que tinha se tornado a maior potência mundial após esse período. Ou talvez o país tenha feito isso porque descobriu uma nova forma de exercer o imperialismo, ou seja, uma maneira de expandir o capitalismo industrial e de difundir os seus valores culturais, sem intervir de forma permanente na soberania das nações.

Apesar de o autor reconhecer os Estados Unidos como um país imperialista e procurar tratar da sua especificidade, levando em consideração muitas de suas arbitrariedades, não podemos deixar de acrescentar que muitas das intervenções norte-americanas na América Latina tiveram como efeito o aumento das desigualdades sociais e a permanência de uma elite política no poder. Não podemos nos esquecer de que o autor escreve justamente durante a Guerra Fria, período em que os Estados Unidos intervieram em muitos países latino-americanos, apoiando muitos golpes militares, como foi o de Pinochet, no Chile, em 1973. Assim, em nome da democracia e da liberdade, gerou-se extremas injustiças sociais e econômicas.

O diplomata Winks se adianta em defesa dos Estados Unidos ao afirmar: *"A América do Norte não detém o monopólio da delinquência juvenil, do índice crescente da criminalidade, nem do automóvel e seus excessos."*²⁰ É claro que, como latino-americanos, sabemos que os Estados Unidos não podem ser responsabilizado por todas as mazelas sociais e injustiças históricas na região. No entanto, é preciso dizer que a difusão do capitalismo liberal, segundo os seus próprios interesses, não contribuiu para a justiça social e a implementação de políticas democráticas na região.

Por fim, Winks reconhece alguns dos limites de uma política imperial ao afirmar que, como todos os imperialismos, o norte-americano foi contraditório e poderia fazer todo um povo parecer hipócrita. No entanto, sabemos que essa política imperial não findou no século XIX e início do XX, como nos faz perceber o diplomata; permanece como uma obsessão contínua de domínio, poder e conquista do capitalismo liberal norte-americano.

Exemplos não faltam: as invasões recentes ao Iraque pelas forças armadas norte-americanas em nome da democracia e interessadas no petróleo ilustram parte das arbitrariedades de uma política imperial. Autores críticos às observações de Winks são muitos, como o linguista norte-americano Noam

20 WINKS, Robin W. "O Imperialismo". In: WOODWARD, C. Vann (org.) *Ensaio comparativos sobre a História Americana*. São Paulo: Cultrix, 1972, p.276.

Chomsky, o palestino Edward Said, o iraniano Tariq Ali, etc.

B-O tema em questão no livro didático

Leia texto do historiador marxista Raymundo Campos sobre o imperialismo norte-americano na América Latina.

A política imperialista

“Chegando ao Pacífico, os Estados Unidos tornaram-se uma das nações imperialistas naquele oceano. O desenvolvimento do imperialismo americano no continente asiático e na América Central foi a principal razão da guerra entre os Estados Unidos e Espanha no ano de 1898. A guerra foi desencadeada tendo como pretexto a ajuda americana à independência de Cuba e terminou com a derrota da Espanha e a anexação de Porto Rico e Filipinas pelos americanos.

Logo depois da guerra com a Espanha, os Estados Unidos iniciaram uma sistemática política intervencionista nos negócios da América Latina que foi chamada pelo presidente Theodore Roosevelt de “a política do grande porrete” (“big stick policy”). Os Estados Unidos, na defesa dos seus interesses, reservavam-se o direito de intervir nos países latino-americanos pela força, se necessário. A partir daí, o México e os países da América Central foram as principais vítimas das múltiplas intervenções armadas norte-americanas”.

CAMPOS, Raymundo. “Estados Unidos e Inglaterra na segunda metade do século XIX”. *História geral. Vol. 2 Idades Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Editora Atual, 1978, p.139.

Algumas questões para pensar

Como notar, no texto, a especificidade do imperialismo norte-americano? O que, de fato, os Estados Unidos desejaram com essas intervenções e anexações? A América Latina é vítima dos Estados Unidos? Como refletir sobre essas questões sem interpretá-las de forma maniqueísta (bom e mau; certo e errado)? De que forma o texto lido nos ajuda a repensar as colocações de Raymundo Campos?

Algumas observações sobre o texto de Raymundo Campos

Um ponto de partida para responder a algumas das questões que apresentei é, entre outros, o de perceber que Raymundo Campos é um historiador marxista que escreve o seu livro didático durante a Guerra Fria, ou seja, no momento de intensos conflitos ideológicos entre o capitalismo liberal norte-americano e os ideais comunistas. Nessa época, a América Latina era vista pelas esquerdas como a vítima e os Estados Unidos como o algoz. Atualmente, essa visão permanece? Como interpretar a política externa norte-americana na era da globalização? Em que medida o texto de Wincks nos concede outros elementos para pensarmos sobre a política imperial?

Bibliografia complementar sobre o imperialismo

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia*. SP: UNESP, 2002.

CASTAÑEDA, Jorge. O crisol cubano. In: *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. SP: Cia das Letras, 1994, p. 55-83.

PECEQUILO, C. S. *A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SALVATORE, Ricardo. *Imágenes de un império: Estados Unidos y las formas de representación de América Latina*. Buenos Aires, 2006.

SCHOUTLS, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.